



# BOLETIM OFICIAL

PREÇO DESTE NÚMERO — 64\$00

Toda a correspondência quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do Boletim Oficial deve ser enviada à Administração da Imprensa Nacional, na cidade da Praia.

Os originais dos vários serviços públicos deverão conter a assinatura do chefe, autenticada com o respectivo carimbo a óleo ou selo branco.

O preço dos anúncios é de 1200\$ a lauda. Quando o anúncio for exclusivamente de tabelas intercaladas no texto, será o respectivo espaço acrescentado de 50%.

O mínimo de cobrança pela inserção no Boletim Oficial de qualquer anúncio ou outro assunto sujeito a pagamento é de 600\$.

Não serão publicados anúncios que não venham acompanhados da importância cisa para garantir o seu custo.

Os demais actos referente à publicação no Boletim Oficial estão regulamentados pelo Decreto nº 74/92, publicado no Suplemento ao Boletim Oficial nº 26/92, de 30 de Junho

## ASSINATURAS

### Para o país:

	Ano	Semestre
I Série .....	1 800\$00	1 200\$00
II Série .....	1 000\$00	600\$00
I e II Séries .....	2 500\$00	1 500\$00

AVULSO por cada página .. 4\$00

Os períodos de assinaturas contam-se por anos civis e seus semestres. Os números publicados antes de ser tomada a assinatura, são considerados venda avulsa.

### Para países de expressão portuguesa:

	Ano	Semestre
I Série .....	2 400\$00	1 800\$00
II Série .....	1 600\$00	1 200\$00
I e II Séries .....	3 100\$00	2 100\$00

### Para outros países:

I Série .....	2 800\$00	2 200\$00
II Série .....	2 000\$00	1 600\$00
I e II Séries .....	3 500\$00	2 500\$00

## SUMÁRIO

### PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

#### Decreto-Lei nº 67/94:

Fixa a percentagem a transferir pela ASA ao Serviço Nacional de Meteorologia e Geofísica pela prestação de serviços inerentes à protecção meteorológica à navegação área em rota.

#### Decreto-Lei nº 68/94:

Transfere para os Municípios, competências da administração central nos domínios de licença para a exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos de passageiros, de cargas ou mistos.

#### Decreto-Lei nº 69/94:

Aprova o Acordo de Empréstimo concluído entre o Governo de Cabo Verde e o Fundo OPEP para o Desenvolvimento Internacional.

#### Decreto-Lei nº 70/94:

Aprova o Acordo de Empréstimo concluído entre o Governo de Cabo Verde e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África.

### MINISTÉRIO DAS FINANÇAS:

#### Despacho:

Delegando competência que indica no Director-Geral de Administração.

## PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

### Decreto Lei nº 67/94

de 5 de Dezembro

O serviço de Meteorologia e Geofísica, através dos vários ramos da sua actividade, nomeadamente a meteorologia aeronáutica, marítima, a climatologia, a hidrologia, a agrometeorologia, desempenha um papel importante no desenvolvimento sócio-económico de um país.

Assim, reconhecendo-se a necessidade de dotar o Serviço Nacional de Meteorologia e Geofísica-SNMG, de meios e mecanismos apropriados que lhe permitam acompanhar a evolução tecnológica e prestar um serviço fiável e de qualidade, em conformidade com as recomendações da Organização Mundial de Meteorologia-OMM, de que Cabo Verde é membro;

Tendo em conta que o dinamismo de que aquele Serviço carece para desempenhar cabalmente a sua missão, não se compadece com a morosidade que se verifica actualmente no levantamento das verbas destinadas ao seu funcionamento;

Considerando que o processo de reestruturação em curso conducente a uma autonomia dos serviços aconselha que, desde já, o SNMG disponha de fundos próprios para a sua administração.

Atendendo ainda que, as facturações e cobrança respeitantes a Região de informação de voo do Sal-FIR pelos serviços prestados à navegação aérea em rota,

incluindo os inerentes à protecção meteorológica, se processam globalmente através da Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea-ASA.

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do nº 2 do artigo 216º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

A prestação de serviços inerentes à protecção meteorológica nos aeroportos e aeródromos, bem como na FIR, é feita a título oneroso e deve ser objecto de contrato entre o SNMG e a ASA, aprovado pelo Ministro das Infraestruturas e Transportes.

Artigo 2º

A percentagem sobre a facturação anual da FIR que cabe ao SNMG pela prestação de serviços inerentes à protecção meteorológica à navegação aérea em rota e inicialmente fixada em 10% da facturação do ano imediatamente anterior.

Artigo 3º

O montante acordado no artigo 2º é transferido pela ASA ao SNMG em iguais prestações trimestrais, no início de cada período, constituindo fundos administrados pelo SNMG.

Artigo 4º

Os fundos do SNMG serão depositados na banca comercial e movimentados mediante cheques assinados pelo director do serviço ou por quem o substitua pelo responsável dos serviços administrativos e financeiros.

Artigo 5º

A prestação de contas é feita anualmente, nos termos da lei.

Artigo 6º

O presente diploma será revisto após a publicação do diploma sobre a reestruturação do SNMG.

Artigo 7º

O presente diploma entra em vigor no dia 1 de Janeiro de 1995.

Visto e aprovado em conselho de Ministros.

*Carlos Veiga, Mário Silva, Teófilo Figueiredo Silva, Ulpio Napoleão Fernandes.*

Promulgado em 25 de Novembro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO

Referendado em 25 de Novembro de 1994.

O Primeiro Ministro,

*Carlos Veiga.*

## Decreto Lei nº 68 /94

de 5 de Dezembro

Considerando a orientação do Governo no sentido da descentralização do processo de tomada de decisões, tendo em vista o reforço do Poder Local;

Considerando a preocupação do Governo em encontrar soluções para o problemas ao nível local e em criar as bases que viabilizem a transferência de competências da Administração Central para as autarquias, considerada como um processo de melhoria da eficácia da actividade administrativa;

Considerando que os órgãos autárquicos estão em condições mais favoráveis para a análise dos pressupostos relativos ao exercício efectivo da profissão que condiciona a atribuição de licenças para a exploração da indústria de transportes de aluguer em veículos de passageiros, de carga ou mistos;

No âmbito do processo de reforço da autonomia e capacidade técnica dos municípios nos domínios da viação e transportes rodoviários;

Visto o disposto no artigo 18º c) e 123º do Decreto - Lei nº 52-A/90, de 4 de Julho e

No uso da faculdade conferida pela alínea a) do artigo 216º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

É transferida para os Municípios, dentro das respectivas áreas territoriais:

- a) A fixação dos contingentes de automóveis de aluguer de passageiros, de carga, ou mistos;
- b) A concessão e revogação de licenças para a exploração de automóveis de aluguer de passageiros, de carga ou mistos e a fixação, cobrança e arrecadação das respectivas taxas;
- c) A fiscalização da exploração de automóveis de aluguer de passageiros, de carga ou mistos, e instrução dos processos administrativos e a aplicação de sanção disciplinares por violação das normas que regem essa exploração, cobrando e arrecadando as que tiverem natureza pecuniária;
- d) A fixação das tarifas a praticar na exploração de automóveis de aluguer de passageiros, de carga ou mistos.

Artigo 2º

É transferido para a titularidade dos Municípios, passando a constituir receita municipal, o produto das taxas e multas cobradas nos termos do artigo 1º.

Artigo 3º

1. A transferência estabelecida no artigo 1º será formalizada mediante Protocolo entre um representante do departamento governamental responsável pelo sector dos transportes rodoviários e um representante do Município.

2. O exercício da competência transferida nos termos do artigo 1º obedecerá a um Manual de Procedimentos aprovado pelo departamento governamental encarregado do sector de transportes rodoviários e fornecido gratuitamente aos municípios.

3. As Câmaras Municipais fornecerão, mensalmente, ao departamento governamental encarregado dos transportes rodoviários uma informação sobre licenças de aluguer, nos termos estabelecidos no Protocolo.

Artigo 5º

O presente Decreto-Lei entra em vigor 30 dias após a sua publicação.

Visto e aprovado em conselho de Ministros.

*Carlos Veiga — Mário Silva — Teófilo Figueiredo Silva — Ulpio Napoleão Fernandes.*

Promulgado em 28 de Novembro de 1994.

Publique-se:

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL MASCARENHAS GOMES MONTEIRO

Referendado em 28 de Novembro de 1994.

O Primeiro Ministro.

*Carlos Veiga.*

**Decreto Lei nº 69/94**

de 5 de Dezembro

Em execução da Lei nº 95/IV/94, de 31 de Dezembro;

No uso da faculdade conferida pela alínea c) do nº2 do artigo 216º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

É aprovado o Acordo de Empréstimo concluído entre o Governo de Cabo Verde e o Fundo OPEP para o Desenvolvimento Internacional, em 7 de Outubro de 1994, cujo texto em inglês faz parte integrante deste diploma, a que vem anexo.

Artigo 2º

O empréstimo objecto do presente diploma, no valor total de três milhões de dólares americanos, destina-se ao financiamento do Programa de Transportes e Infraestruturas, cuja descrição consta do Anexo I ao Acordo ora aprovado.

Artigo 3º

1. Por força do Acordo de Empréstimo a que se refere o presente diploma, o Governo de Cabo Verde, na qualidade do mutuário, fica obrigado ao cumprimento dos seguintes encargos gerais:

a) Pagamento de uma taxa de juros de 3,25% ao ano sobre o montante do empréstimo desembolsado e ainda não amortizado.

b) Pagamento de uma comissão de serviço de 1% ao ano sobre o montante do empréstimo desembolsado e ainda não amortizado;

2. Os juros e as comissões de serviço deverão ser pagos de seis em seis meses, respectivamente, em 7 de Abril a 7 de Outubro de cada ano.

Artigo 4º

1. Nos termos do Acordo de Empréstimo, fica ainda o Governo de Cabo Verde obrigado a amortizar o capital mutuado em 24 prestações semestrais, iguais e consecutivas, de cento e vinte e cinco mil dólares americanos cada, e de acordo com o plano de amortização constante do Anexo III ao acordo.

2. A primeira prestação de amortização do capital mutuado vence-se em Outubro de 1999 e a última prestação, em Abril de 2011.

Artigo 5º

Sobre as transferências feitas pelo mutuário a favor do Fundo, a título de amortização do principal e dos demais encargos incidentes sobre o empréstimo, não recae quaisquer descontos seja qual for a sua natureza.

Artigo 6º

1. São conferidas ao Ministério das Finanças poderes necessários para representar o Governo de Cabo Verde junto do Fundo OPEP em quaisquer actos ou para efeitos de cumprimento de quaisquer formalidades decorrentes da execução do acordo ora aprovado.

2. Os poderes conferidos no nº 1 deste artigo podem ser delegados, mediante documento bastante.

Artigo 7º

Este decreto entra imediatamente em vigor e o mencionado acordo de empréstimo produzirá efeitos de conformidade com o que se nele se estipula.

*Carlos Veiga - Ulpio Napoleão Fernandes.*

Promulgado em 1 de Dezembro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL GOMES MASCARENHAS MONTEIRO.

Referendado em 1 de Dezembro de 1994.

O Primeiro Ministro,

*Carlos Veiga.*

## SEA CABLE TELECOMMUNICATIONS

## PROJECT

## LOAN AGREEMENT

## BETWEEN

THE REPUBLIC OF CAPE VERDE

AND

THE OPEC FUND FOR

INTERNATIONAL DEVELOPMENT

DATED

OCTOBER 7, 1994

AGREEMENT dated October 7, 1994, between the Republic of Cape Verde (hereinafter called the Borrower) and the OPEC Fund for International Development (hereinafter called the fund).

Whereas OPEC Member Countries, being conscious of the need for solidarity among all developing countries and aware of the importance of financial cooperation between them and other developing countries, have established the Fund to provide financial support to the latter countries on conceptions terms, in addition to the existing bilateral and multilateral channels through which OPEC Member Countries extend financial assistance to other developing countries;

Whereas the Borrower has requested assistance from the Fund in the financing of the Project described in Schedule 1 to this Agreement;

Whereas the Borrower has inter alia also requested the Government of the Republic of Austria to assist in the financing of the Project by extending a grant thereto for which the grant agreement has been signed or is to be signed;

Whereas the Governing Board of the Funds has approved the extension of a loan to the Borrower in the amount of Three Million US Dollars (US\$ 3,000,000) upon the terms and conditions set forth hereinafter;

Now, therefore, the parties hereto hereby agree as follows:

## Article 1

## Definitions

1.01 Wherever used in this Agreement, unless the context otherwise requires, the following terms shall have the following meanings:

- (a) "Fund" means the OPEC Fund for International Development established by the Member States of the Organization of the Petroleum Exporting Countries (OPEC) by virtue of the Agreement signed in Paris on January 28, 1976, as amended.
- (b) "Fund Management" means the Director-General of the Fund or this authorized representative.
- (c) "Loan" means the loan provided by virtue of this Agreement.
- (d) "Dollars" and the sign "\$" mean the currency of the United States of America.

(e) "Project" means the project or program for which the Loan is granted as described in Schedule 1 to this Agreement and as the description thereof may be amended from time to time by agreement between the Borrower and the Fund Management.

(f) "Goods" means equipment, supplies and services required for the Project. Reference to the cost of goods shall be deemed to include also the cost of importing such goods in the territories of the Borrower.

(g) "Executing Agency" means the CTT-EP (Public Enterprise for Post and Telecommunications) established by the Borrower or such other agency as may hereafter be agreed upon between the Borrower and the Fund Management.

(h) "Closing Date" means the date specified under or pursuant to Section 2.11 of this Agreement.

(i) "Effective Date" means the Date on which this agreement shall come into force effect.

## Article 2

## The loan

2.01 A loan in the amount of Three Million Dollars (\$3,000,000) is hereby extended by the Fund to the Borrower on the terms and conditions set forth in this Agreement.

2.02 The Borrower shall pay interest at the rate of three and one-quarter per cent (3,25%) per annum on the principal amount of the Loan withdrawn and outstanding from time to time.

2.03 The Borrower shall pay from time to time a service charge at the rate of one per cent (1%) per annum on the principal amount of the Loan withdrawn and outstanding, to meet the the expenses of administering the Loan.

2.04 Interest and service charges shall be paid in Dollars semi-annually on April 7 and October 7 in each year into an account of the Fund designated for this purpose by the Fund Management.

2.05 After this Agreement has been declared effective pursuant to Section 7.01, and unless the Borrower and the fund shall otherwise agree, the proceeds of the Loan may be withdrawn from time to time to meet expenditures made after September 5, 1994 or to be made on later dates in respect of the reasonable cost of goods required for the Project which are to be financed out of the Loan proceeds as outlined in Schedule 2 to this Agreement and in the amendments of such a Schedule duly approved by the Fund Management.

2.06 Except as the Fund Management shall otherwise agree, withdrawals from the Loan may be made in the currencies in which the expenditures referred to in Section 2.05 have been paid or are payable. In case payment shall be requested in a currency other than Dollars, such payment shall be effected on the basis of the actual Dollar cost incurred by Fund in meeting the request. The Fund Management shall act in the purchase of currencies as the Borrower's agent. Withdra-

wals in respect of expenditures in the currency of the Borrower, if any, shall be made in Dollars according to the official rate of exchange at the time of withdrawal, and in the absence of such a rate according to a reasonable rate as the Fund Management shall, from time to time, decide upon.

2.07 Applications for withdrawal shall be submitted to the Fund Management by the representative of the Borrower designated in, or in accordance with, Section 9.02. Each application submitted to the Fund Management shall be accompanied with such documents and other evidence sufficient in form and substance to satisfy the Fund Management that the Borrower is entitled to withdraw from the Loan the amount applied for and that the amount to be withdrawn will be used exclusively for the purpose specified in this Agreement.

2.08 Upon the Borrower's request and on such terms and conditions as shall be agreed upon by the Borrower and the Fund Management, the Fund Management may issue guarantees to commercial banks for letters of credit requested by the Borrower in favour of the Project's contractors, or to enter into other qualified or special commitments with third parties to pay amounts in respect of expenditures to be financed under the Loan. Under a qualified commitment, the obligation of the Fund shall cease immediately upon any subsequent suspension or cancellation of the Loan. Under a special commitment, the obligation of the Fund shall not be affected by any subsequent suspension or cancellation. In case of issuance of a special commitment, the Borrower shall pay a commitment charge at the rate of one half of one per cent (1/2 of 1%) per annum, payable in Dollars, from time to time on the principal amount of the special commitment entered into and outstanding.

2.09 The Borrower shall repay the principal of the Loan in dollars, or in any other freely convertible currency acceptable to the Fund Management in an amount equivalent to the Dollar amount due, according to the market exchange rate prevailing at the time and place of repayment. Repayment shall be effected in twenty-four equal semi-annual instalments commencing on October 7, 1999 after a grace period running up to that date, and thereafter in accordance with the Amortization Schedule annexed to this Agreement. Each instalments shall be in the amount of One Hundred and Twenty-Five Thousand Dollars (\$125.000) and all such instalments shall be transferred on the date of repayment to the Fund's Account as requested by the Fund Management.

2.10 (a) The Borrower undertakes to ensure that no other external debt shall have priority over this Loan the allocation, realization or distribution of foreign exchange held under the control or for the benefit of the Borrower. To that end, if any lien shall be created on any public assets (as defined in Section 2.10(c)), as security for any external debt, which will or might result in a priority for the benefit of the creditor of the external debt in the allocation, realization or distribution of foreign exchange, the lien shall, ipso facto and at no cost to the Fund, equally and ratably secure the principal of, and the charges on, the Loan, and the Borrower, in creating or permitting the creation of such lien, shall make express provision to that effect; provision cannot be made with respect to any lien created on as-

sets of any of its political or administrative subdivisions, the Borrower shall promptly and at no cost to the Fund secure the principal of, and the charges on, the Loan by an equivalent lien on other public assets satisfactory to the Fund.

- (b) the foregoing undertaking shall not apply to:
- (i) any lien created on property, at the time of purchase thereof, solely as security for payment of the purchase price of that property;
  - and
  - (ii) any lien arising in the ordinary course of banking transactions and securing a debt maturing not more than one year after its date.
- (c) As used in this Section, the term "public assets" means assets of the Borrower, of any political or administrative subdivision thereof or of any entity owned or controlled by, or operating for the account or benefit of, the Borrower or any such subdivision, including gold and other foreign exchange assets held by any institution performing the functions of a central bank or exchange stabilization fund, or similar functions, for the Borrower.

2.11 The Borrower's right to make withdrawals from the Loan proceeds shall terminate on June 30, 1997, or such later date as shall be established by the Fund Management. The Fund Management shall promptly inform the Borrower of such later date.

### Article 3

#### Execution of the project

3.01 The Borrower shall carry out Project with due diligence and efficiency and in conformity with sound administrative, financial and engineering practices, and shall provide, promptly as needed, the funds, facilities services and other resources, in addition to the proceeds of the Loan, required for the purpose.

3.02 The Borrower shall ensure that the activities of its departments and agencies with respect to the carrying out of the Project are conducted and coordinated in accordance with sound administrative policies and procedures.

3.03 (a) The Borrower undertakes to insure, or make adequate provision for the insurance of the imported goods to be financed out of the Loan against hazards incident to the acquisition, transportation and delivery thereof to the place of use or installation, and for such insurance any indemnity shall be payable in a currency freely usable by the Borrower to replace or such goods.

- (b) Except as the Fund shall otherwise agree, all the goods and services financed out of the proceeds of Loan shall be used exclusively for the Project.

3.04 (a) The Borrower shall furnish to the Fund Management, promptly upon their preparation, the plans, specifications, contract documents and construction and procurement

schedules for the Project and any material modifications thereof or additions thereto, in such detail as the Fund Management shall reasonably request.

(b) The Borrower:

(i) Shall maintain records and procedures adequate to record and monitor the progress of the Project (including its cost and the benefits to be derived from it), to identify the goods and services financed out of the proceeds of the Loan, and to disclose their use in the Project;

(ii) shall enable the Fund Management's representatives to visit the facilities and construction sites included in the Project and to examine the goods and works financed out of the proceeds of the Loan and any relevant records and documents; and

(iii) Shall furnish to the Fund Management at regular intervals all such information as the Fund Management shall reasonably request concerning the Project, its cost and, where appropriate, the benefits to be derived from it, the the expenditure of the proceeds of the Loan and goods, works and services financed out of such proceeds.

(c) Promptly after completion of the Project, but in any event not later than six months after the Closing Date or such later date as may be agreed for this purpose between the Borrower and the Fund Management, the Borrower shall prepare and furnish to the Fund Management a report, of such scope and in such detail as the Fund Management shall reasonably request, on the execution and initial operation of the Project, its cost and the benefits derived and to be derived from it, the performance by the Borrower and the Fund of their respective obligations under this Agreement and the accomplishment of the purpose of the Loan.

3.05 The Borrower shall maintain or cause to be maintained records adequate to reflect in accordance with consistently maintained appropriate accounting practices, the operations, resources and expenditures, in respect of the Project, of the departments or agencies of the Borrower responsible for carrying out of the Project or any part thereof and shall make such records available to the Fund Management upon request.

3.06 (a) The Borrower and the Fund shall cooperate fully to ensure that the purposes of the Loan will be accomplished.

(b) The Borrower shall promptly inform the Fund Management of any condition which interferes with, or threatens to interfere with, the Progress of the Project, the Performance of its obligations under this Agreement, or the accomplishment of the purpose of the Loan.

(c) The Borrower and the Fund shall from time to time, at the request of either party, exchange views through their representatives with regard to any matters relating to the Project and the Loan.

3.07 All references to the Borrower in this Article shall, *mutatis mutandis*, be construed as including references to the Executing Agency.

Article 4

**Procurement and disbursement**

4.01 In procuring goods for the purposes of this Agreement, the Borrower shall ensure the due consideration shall be given by its departments and agencies, the Executing Agency and any other beneficiaries of the Loan for the most economic and most efficient standards and procedures.

4.02 Unless otherwise agreed between the Borrower and the Fund Management, the "Procurement Guidelines under Loans Extended by the OPEC Fund for International Development" as approved on November 2, 1982, a copy of which has been furnished to the Borrower, shall apply to the procurement of goods under this Agreement.

4.03 Unless otherwise agreed between the Borrower and the Fund Management, "The OPEC Fund for International Development Disbursement Procedures" as approved in May 1983, a copy of which has been furnished to the Borrower, shall apply to the disbursement of the proceeds of this Loan.

Article 5

**Exemptions**

5.01 This Agreement and any supplementary agreement between the Parties to it shall be free from any taxes, levies or duties levied by, or in the territory of the Borrower on or in connection with the execution, delivery or registration thereof.

5.02 The principal of, the interest and the service charges on, the Loan shall be paid without deduction for, and free from, any charges and restrictions of any kind imposed by or in the territory of the Borrower.

5.03 All Fund documents, records, correspondence and similar material shall be considered as confidential by the Borrower, unless otherwise agreed by the Fund.

5.04 The Fund and its assets shall not be subject to any measures of expropriation, nationalization, sequestration, custody or seizure in the territory of the Borrower.

Article 6

**Acceleration of maturity; suspension and cancellation**

6.01 If any of the following events shall occur and shall continue for the period specified below, then at any subsequent time during the continuance of that event, the Fund Management may by notice to the Borrower declare the principal, together with the interest and all charges, shall become due and payable immediately:

- (a) A default shall occur and continue for a period of thirty days in the payment of any instalment of the principal or the interest or of the service charges under this Agreement or under any other agreement by virtue of which the Borrower has or shall have received a loan from the Fund;
- (b) A default shall occur in the performance of any other obligation on the part of the Borrower under this Agreement or under the Project Agreement, if any, and such default shall continue for a period of sixty days after notice thereof shall have been given by the Fund to the Borrower.

6.02 The Borrower may by notice to the notice to the Fund cancel any amount of the Loan which the Borrower shall not have withdrawn prior to the giving of such notice. The Fund may by notice to the Borrower suspend or terminate the Borrower's right to make withdrawals from the loan if any of the events mentioned in Section 6.01 (a) and (b) shall occur or if the Borrower's right to make withdrawals under the grant referred to in the Preamble to this Agreement shall have been suspended or cancelled or if any other extraordinary situation shall have arisen which shall make it improbable for the Project to be successfully carried out or for the Borrower to be able to perform its obligations under this Agreement.

6.03 Notwithstanding the acceleration of maturity of the Loan pursuant to Section 6.01 or its suspension or cancellation pursuant to Section 6.02, all the provisions of this Agreement shall continue in full force and effect except as specifically provided in this Article.

6.04 No cancellation or suspension will apply to amounts subject to any special commitment entered into pursuant to Section 2.08 except as expressly provided for in such commitment.

6.05 any cancellation shall be applied pro rata to the several maturities of the principal amount of the Loan which shall mature after the date of such cancellation.

#### Article 7

##### Enforceability, termination of fund, arbitration

7.01 The rights and obligations of the Parties to this Agreement shall be valid and enforceable in accordance with their terms notwithstanding any local law to the contrary. No party to this Agreement shall be entitled under any circumstances to assert any claim that any provision of this Agreement is invalid or unenforceable for any reason.

7.02 The Fund Management shall promptly inform the Borrower whenever any decision is taken for the dissolution of the Fund in accordance with the Agreement Establishing the Fund. In the event of such dissolution, this Loan Agreement shall remain in force and the Fund Management, shall advise the Borrower of any substitute arrangements for the repayment of the Loan as may be devised by the appropriate authority of the Fund on such occasion.

7.03 The Parties to this Agreement shall endeavour to settle amicably all disputes or differences between them, arising out of this agreement or in connection therewith. If the dispute or difference cannot be amicably settled, it shall be submitted to arbitration by Arbitral Tribunal as hereinafter provided:

- (a) Arbitration proceedings may be instituted by the Borrower against the Fund or vice versa. In all cases, arbitration proceedings shall be instituted by a notice by the complainant party to the respondent party.
- (b) The Arbitral Tribunal shall consist of three arbitrators appointed as follows: one by the claimant party, a second by the respondent party and the third (hereinafter called the Umpire) by agreement of the two arbitrators. If within thirty days after notice of the institution of arbitration proceedings the respondent party fails to appoint an arbitrator, such arbitrator shall be appointed by the President of the International Court of Justice upon the request of the party instituting the proceedings. If the two arbitrators fail to agree on the Umpire within sixty days after the date of the appointment of the second arbitrator, such Umpire shall be appointed by the President of the International Court of Justice.
- (c) The Arbitral Tribunal shall convene at the time and place fixed by the Umpire. Thereafter, it shall determine where and when it shall sit. The Arbitral Tribunal shall determine all questions of procedure and questions relating to its competence.
- (d) All decisions of The Arbitral Tribunal shall be reached by majority vote. The award of the Tribunal, which may be rendered even if one party defaults, shall be final and binding on both parties to the arbitration proceedings.
- (e) Service of any notice or process in connection with any proceedings under this Section or in connection with any proceedings to enforce any award rendered pursuant to this Section shall be made in the manner provided in Section 9.01.
- (f) The Arbitral Tribunal shall decide on the manner in which the cost of arbitration shall be borne by either or both parties to the dispute.

#### Article 8

##### Effective date; termination of this agreement

8.01 This Agreement shall become effective on the date upon which the Fund dispatches to the Borrower notice of its acceptance of the evidence required by Sections 8.02 and 8.03.

8.02 The Borrower shall furnish the Fund with satisfactory evidence that:

- (a) the execution and delivery of this Agreement on behalf of the Borrower have been duly authorized and ratified according to the constitutional requirements of the Borrower; and
- (b) the grant agreement with the Government of the Republic of Austria referred to in the Preamble to this Agreement has been declared effective or will be declared effective concurrently with this Agreement.

8.03 In keeping with Section 8.02, the Borrower shall also furnish the Fund with a certificate issued by the Minister of Justice, or the Attorney General, or the Government's competent legal department showing that this Agreement has been duly authorized and ratified by the Borrower and constitutes a valid and binding obligation of the Borrower in accordance with its terms.

8.04 If this Agreement shall not have come into force and effect by January 15, 1995, this Agreement and all obligations of the parties hereunder shall terminate, unless the Fund, after consideration of the reasons for the delay, shall establish a later date for the purposes of this Section.

8.05 When the entire principal amount of the Loan shall have been repaid and the interest and all charges which shall have accrued on the Loan shall have been paid, this Agreement and all obligations of the parties thereunder shall forthwith terminate.

#### Article 9

##### Notice; representation, modification

9.01 Any notice or request required or permitted to be given or made under this Agreement shall be in writing. Such notice or request shall be deemed to have been duly given or made when it has been delivered by hand, mail, cable telex or telefax to the party to which it is required to be given made, at the party's address specified below or at any other address as the party shall have specified in writing to the party giving the notice or making the request.

9.02 Any action required or permitted to be taken, and any documents required or permitted to be executed under this Agreement on behalf of the Borrower shall be taken or executed by the Minister of Finance of the Borrower or another officer authorized by him in writing.

9.03 Any modification of the provisions of this Agreement may be agreed to on behalf of the Fund by the Chairman of the Fund's Governing Board and on behalf of the Borrower by written instrument executed on behalf of the Borrower by the representative designated by, or pursuant to, Section 8.02; provided that in the opinion of such representative the modification is reasonable in the circumstance and will not substantially increase the obligations of the Borrower under this Agreement. The Fund may accept the execution by such representative of any such instrument as conclusive evidence that in the opinion of the Borrower the modification or amplification requested by such instrument will not substantially increase the obligations of the Borrower thereunder.

9.04 Any document delivered pursuant to this Agreement shall be in the English language. Documents in any other language shall be accompanied by an English translation thereof certified as being an approved translation and such approved translation shall be conclusive between the parties hereto.

In witness whereof the parties hereto, acting through their duly authorized representatives, have caused this Agreement to be signed and delivered at Vienne in six copies in the English language, each considered an original and all to the same and one effect as of the day and first above written.

#### FOR THE BORROWER:

Name: H.E. *ULPIO NAPOLEÃO FERNANDES*,  
Minister of Finances

Address Ministry of Finance

Avenida Amílcar Cabral, 107

C.P. 506

Praia — Republic of Cape Verde

Cable MINISTERIO FINANÇAS

Telex 6056 MFG CV

Telia 238 - 612 197

#### FOR THE OPEC FUND FOR INTERNATIONAL DEVELOPMENT:

Name: H.E. *OSAMA J. FAQUIH*

Chairman of the Governing Board

Address The OPEC Fund for International Development

P.O. Box 995

A-1011 Vienna

Austria

Cable: OPECFUND

Telex 131734 FUND A6056 MFG CV

Telia 5139238

#### SCHEDULES

Schedule 1: Description of the Project

Schedule 2: Loan Allocation

Schedule 3 Amortization Schedule

#### THE REPUBLIC OF CAPE VERDE

#### Sea Cable Telecommunications Project

#### SCHEDULE 1

#### Description of the Project

The Project is for the installation of a transmission network between the larger islands in the Borrower's territories through an optical fibre cable system and the provision of ancillary telecommunications facilities. Its components are as follows:

- (a) Sea cable, converting the provision of both light and armored optical fibre sea cables of a total length of about 557 km;
- (b) Line terminal equipment and multiplexes, relating to the provision of Line terminal equipment, multiplexes, equipment as well as test equipment, spares, materials and vehicles; and
- (c) Civil works and services, encompassing sea cable installation; land cable installation; multiplexes installation; project management; as well as training of Executing



Agency staff and provision of operational and maintenance support activities thereto.

THE REPUBLIC OF CAPE VERDE

Sea Cable Telecommunications Project

SCHEDULE 2

Loan Allocation

1. Unless otherwise agreed between the Borrower and the Fund Management, the Loan proceeds of US\$ 3.00 million shall be utilized towards financing 65,65% of the total cost of the Sea Cable Installation sub-component of the Project as described in paragraph (c) of schedule 1 of this Agreement.

2. Notwithstanding the allocation of the Loan proceeds or the disbursement percentage set forth in paragraph 1 above, if the Fund Management has reasonably estimated that the amount of the Loan then allocated to the component specified above will be insufficient to finance the agreed percentage of all expenditures for that component, the Fund Management may, by notice to the Borrower, reduce the disbursement percentage then applicable to such expenditures in order that further withdrawals in respect of that component may continue until all expenditures thereunder shall have been made.

THE REPUBLIC OF CAPE VERDE

Sea Cable Telecommunications Project

SCHEDULE 3

Amortization Schedule

Amount Due	Date of Repayment (expressed in US Dollars)	
	October 7, 1999	125,000
	April 7, 2000	125,000
	October 7, 2000	125,000
	April 7, 2001	125,000
	October 7, 2001	125,000
	April 7, 2002	125,000
	October 7, 2002	125,000
	April 7, 2003	125,000
	October 7, 2003	125,000
	April 7, 2004	125,000
	October 7, 2004	125,000
	April 7, 2005	125,000
	October 7, 2005	125,000
	April 7, 2006	125,000
	October 7, 2006	125,000
	April 7, 2007	125,000
	October 7, 2007	125,000
	April 7, 2008	125,000
	October 7, 2008	125,000
	April 7, 2009	125,000
	October 7, 2009	125,000
	April 7, 2010	125,000
	October 7, 2010	125,000
	April 7, 2011	125,000
Total:		3,000,000

Decreto Lei nº 70/94

de 5 de Dezembro

Em execução da Lei nº 95/IV/93, de 31 de Dezembro;

No uso da faculdade conferida pela alínea c) do nº2 do artigo 216º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

Artigo 1º

É aprovado o Acordo de Empréstimo concluído entre o Governo de Cabo Verde e o Banco Árabe para o Desenvolvimento Económico em África, em 7 de Julho de 1994, cujo texto em francês faz parte integrante deste diploma, a que vem anexo.

Artigo 2º

O empréstimo objecto do presente diploma, no valor total de sete milhões cento e cinquenta mil de dólares americanos (\$7 150 000), destina-se ao financiamento da parte do Projecto da pesca industrial, constante do Anexo A e B ao Acordo ora aprovado.

Artigo 3º

1. Por força do Acordo de Empréstimo a que se refere o presente diploma, o Governo de Cabo Verde, na qualidade do mutuário, fica obrigado ao cumprimento dos seguintes encargos gerais:

a) Pagamento de uma taxa de juros de 4% ao ano sobre o montante do empréstimo desembolsado e ainda não amortizado.

2. Os juros e as comissões de serviço eventuais deverão ser pagos de seis em seis meses, respectivamente, em 1 de Janeiro a 1 de Junho de cada ano.

Artigo 4º

1. Nos termos do Acordo de Empréstimo, fica ainda o Governo de Cabo Verde obrigado a amortizar o capital mutuado em 28 prestações semestrais, de acordo com o plano de amortização constante do Anexo I ao acordo.

2. A primeira prestação de amortização do capital mutuado vence-se em Junho de 1998 e a última prestação, em Janeiro de 2012.

Artigo 5º

São conferidas ao Ministro das Finanças poderes necessárias para representar o Governo de Cabo Verde junto a BADEA em quaisquer actos ou para efeitos de cumprimento de quaisquer formalidades decorrentes da execução de acordo ora aprovado.

2. Os poderes conferidos no nº 1 deste artigo podem ser delegados, mediante documento bastante.

Artigo 6º

Este decreto entra imediatamente em vigor e o mencionado acordo de empréstimo produzirá efeitos de conformidade com o que se nele se estipula.

*Carlos Veiga - Ulpio Napoleão Fernandes — Helena Semedo.*

Promulgado em 1 de Dezembro de 1994.

Publique-se.

O Presidente da República, ANTÓNIO MANUEL GOMES MASCARENHAS MONTEIRO.

Referendado em 1 de Dezembro de 1994.

O Primeiro Ministro,

*Carlos Veiga.*

ACCORD DE PRET

PROJET DE DEVELOPPEMENT DE LA PECHE INDUSTRIELLE

ENTRE

LA REPUBLIQUE DU CAP VERT

ET

LA BANQUE ARABE POUR LE DEVELOPPEMENT

ECONOMIQUE EM AFRIQUE

EN DATE DU JUILLET 1994

**Accord de Prêt**

Accord en date du 7 juillet, 1994 entre la République du Cap Vert (ci après dénommée l'Emprunteur) et la Banque Arabe pour le Développement Economique en Afrique (ci-après dénommée la BADEA).

ATTENDU QUE A) L'Emprunteur a demandé à la BADEA de contribuer au financement du Projet décrit dans l'Annexe "II" au présent Accord;

ATTENDU QUE B) L'Emprunteur a demandé à la BANQUE AFRICAINE DE DEVELOPPEMENT ET AU FUNDS AFRICAIN DE DEVELOPPEMENT (ci-après dénommés le Groupe BAD-FAD) de participer au financement du Projet et que le Groupe BAD-FAD a accordé à cette fin un Prêt d'un montant équivalent à huit millions neuf cent mille dollars environ (\$ 8.900.000) aux conditions stipulées dans un accord conclu entre l'Emprunteur et le Groupe BAD-FAD;

ATTENDU QUE C) L'Emprunteur a demandé au FONDS NORDIQUE POUR LE DEVELOPPEMENT (ci-après dénommé le Fonds Nordique) de participer au financement du Projet et que le Fonds Nordique se propose de participer, à cette fin un Prêt d'un montant équivalent à trois millions sept cent mille dollars environ (\$ 3.700.000) aux conditions stipulées dans un accord à conclure entre l'Emprunteur et le Fonds Nordique;

ATTENDU QUE D) L'Emprunteur a demandé à L'AGENCES ISLANDAISE DE DEVELOPPEMENT INTERNATIONAL (ci-après dénommée l'ICEIDA) a accordé à cette fin un don d'un montant équivalent à deux millions huit cent mille dollars environ (\$2.800.000) aux conditions stipulées dans un accord conclu entre l'Emprunteur et l'ICEIDA;

ATTENDU QUE E) L'Emprunteur participe au financement du Projet et affectera à cet effet un montant équivalent à quatre millions cent cinquante mille dollars environ (\$4.150.000).

ATTENDU QUE F) L'objectif de la BADEA est de promouvoir le développement économique des pays d'Afrique dans un esprit de solidarité et d'intérêt mutuel, et de renforcer ainsi les liens qui unissent les Etats Africains et la Nation Arabe;

ATTENDU QUE G) La BADEA et convaincue de l'importance et de l'utilité dudit Projet pour le développement de l'économie de l'Emprunteur;

ATTENDU QUE H) La BADEA a accepté, compte tenu de ce qui précède, d'accorder à l'Emprunteur un prêt aux conditions stipulées dans le présent Accord;

PAR CES MOTIFS, les Parties au présent Accord sont convenues de ce qui suit:

Article Premier

**Conditions Generales - Definitions**

Section 1.01 Les Parties au présent Accord acceptent toutes les dispositions des Conditions Générales des Accords de Prêt et de Garantie de la BADEA, ci-jointes, en date du 28 Octobre 1979, telles qu'amendées à la date du présent Accord, (ci-après dénommées les Conditions Générales), en leur reconnaissant la même force et les mêmes effets que si elles étaient incorporées au présent Accord.

Section 1.02 A moins que le contexte ne requière une interprétation différente, les termes et expressions définis dans les Conditions Générales et dans le Préambule au présent Accord ont, chaque fois qu'ils sont employés dans le présent Accord, les significations figurant dans les Conditions Générales et dans ledit Préambule. En outre, les termes ci-après ont les significations suivants:

- a) "M.P.A.A.R." désigne le Ministère des Pêche, de l'Agriculture et de l'Animation Rurale de l'Emprunteur;
- b) "D.G.P." désigne la Direction Générales des Pêches au sein du M.P.A.A.R.;
- c) "I.N.D.P." désigne l'Institut National de Développement des Pêches sous tutelle du M.P.A.A.R.;
- d) "C.P." désigne la Cellule du Projet qui sera Créée au sein de l'I.N.D.P. conformément aux dispositions de la Section 3.02 (a) du Présent Accord;
- e) "B.C.A." désigne la Banque Commerciale Atlantique;
- f) "ESCUDO" désigne la monnaie de l'Emprunteur;
- g) "DEVISE" désigne toute monnaie autre que l'escudo;

Article II

**Le Pret**

Section 2.01 La BADEA accepte de prêter à l'Emprunteur aux conditions stipulées ou visées dans le présent Accord, un montant de sept millions cent cinquante mille dollars (\$ 7.150.000).

Section 2.02 Le montant du prêt peut être retiré du Compte de prêt au titre des dépenses effectuées, ou, si la BADEA y consent, des dépenses à effectuer, pour régler le cout raisonnable en devises des biens et services nécessaires à l'exécution du Projet et qui doivent être financés au moyen du Prêt, tels qu'ils sont décrits dans l'annexe "A" au présent Accord y compris les modifications qui pourraient être apportées à ladite Annexe d'un commun accord entre l'Emprunteur et la BADEA.

Section 2.03 A moins que la BADEA n'en convienne autrement, les biens et services nécessaires à l'exécution du Projet et financés au moyen du Prêt sont acquis conformément aux dispositions de l'Annexe "B" au présent Accord.

Section 2.04 La date de clôture est fixée au 30 juin 1999 ou à toute autre date postérieure fixée par la BADEA et notifiée à l'Emprunteur dans les meilleurs délais.

Section 2.05 L'Emprunteur verse des intérêts au taux de quatre pour cent (4%) l'an sur le montant du prêt retiré et non encore remboursé.

Section 2.06 Les intérêts et commissions éventuelles sont payables semestriellement le 1er janvier et le 1er juillet de chaque année.

Section 2.07 L'Emprunteur rembourse le principal du prêt conformément au tableau d'amortissement figurant à l'Annexe "I" au présent Accord.

### Article III

#### Execution du Projet

Section 3.01 a) L'Emprunteur exécute le projet, par l'intermédiaire du M.P.A.A.R. (I.N.D.P.) en collaboration avec la B.C.A. avec la diligence et l'efficacité voulues et selon les méthodes administratives, financières et techniques appropriées; il fournit, au fur et à mesure des besoins, les fonds, installations, services et autres ressources nécessaires à l'exécution du Projet.

b) L'Emprunteur met à la disposition de la B.C.A. les fonds provenant du Prêt à des conditions jugées satisfaisantes par la BADEA et veille à ce que la B.C.A. exécute toutes les obligations et remplisse toutes les conditions que l'Emprunteur s'engage par le présent Accord à faire exécuter ou remplir par la B.C.A.

Section 3.02 a) L'Emprunteur veille à ce que soit créée, au sein de l'I.N.D.P. une C.P. dont les attributions et les pouvoirs sont jugés satisfaisants par la BADEA, et qui sera spécialement chargée de l'exécution du Projet.

b) L'Emprunteur s'engage à ce que la D.G.P. apporte toute l'assistance technique et administrative nécessaires pour la création et le bon fonctionnement de la C.P.

Section 3.03 Pour l'exécution du Projet et la Coordination entre les services et organismes de l'Emprunteur chargés de l'exécution de toute ou partie du Projet, l'Emprunteur s'engage à nommer et à maintenir en fonction un Directeur du Projet qui sera directement

responsable au Président de l'I.N.D.P. et dont les qualifications, l'expérience, le mandat et les conditions d'emploi sont jugés satisfaisants par la BADEA.

Section 3.04 Pour l'exécution et la surveillance du Projet, l'Emprunteur s'assure, ou veille à ce que l'I.N.D.P. et la B.C.A. s'assurent, les services d'experts et de consultants dont les qualifications, l'expérience, le mandat et les conditions d'emploi sont jugés satisfaisants par la BADEA.

Section 3.05 L'Emprunteur soumet, ou veille à ce que l'I.N.D.P. et la B.C.A. soumettent, à la BADEA, pour approbation, le Projet de programme d'exécution du Projet, ainsi que toutes les modifications importantes qui pourraient y être ultérieurement apportées avec tous les détails que la BADEA peut demander.

Section 3.06 a) Pour aider l'I.N.D.P. à l'exécution et au contrôle de la Partie A du Projet, l'Emprunteur veille à ce que l'I.N.D.P. conclue avec la B.C.A. un accord jugé satisfaisant par la BADEA.

b) L'Emprunteur veille à ce que ledit accord ne soit ni abrogé ni annulé à moins que la BADEA n'en convienne autrement.

Section 3.07 a) Outre les fonds du Prêt et les Fonds visés dans les Attendus (B), (C) et (D) du présent Accord, l'Emprunteur fournit, ou veille à ce que soient fournis, au fur et à mesure des besoins, tous les autres fonds nécessaires à l'exécution du Projet (y compris les fonds qui pourraient être nécessaires pour couvrir tout dépassement de cout par rapport au cout estimatif du Projet à la date de signature du présent Accord); tous ces autres fonds doivent être fournis à des conditions jugées satisfaisantes par la BADEA.

b) L'Emprunteur s'engage à inscrire régulièrement dans son budget annuel les fonds prévus par l'Attendu (E) du présent Accord requis pour financer la part des couts du Projet qui lui incombe.

Section 3.08 L'Emprunteur veille à ce que la B.C.A. assure, ou fasse assurer, tous les biens importés qui doivent être financés au moyen des fonds du prêt auprès d'assureurs dignes de confiance. Ladite assurance couvre tous risques que comportent l'acquisition, le transport et la livraison desdits biens jusqu'à leur lieu d'utilisation ou d'installation et pour tous montants conformes à l'usage commercial; toute indemnité due au titre de ladite assurance est payable en une monnaie librement utilisable par l'Emprunteur pour remplacer ou faire réparer lesdits biens.

Section 3.09 L'Emprunteur i) veille à ce que la B.C.A. tienne les écritures nécessaires pour identifier les biens financés au moyen des fonds du prêt et en justifier l'emploi dans le cadre du Projet, pour suivre l'avancement du Projet et son cout d'exécution et pour enregistrer de façon régulière, conformément aux principes comptables généralement admis, les opérations, les ressources et les dépenses, en ce qui concerne le Projet, ainsi que les opérations et la situation financière de la B.C.A.; ii) donne, et veille à ce que la B.C.A. donne, aux représentants accrédités de la BADEA, toute possibilité raisonnable d'effectuer des visites pour des fins se rapportant au prêt et d'inspecter le Projet,

les biens et tous documents et écritures y afférents; et iii) fournit, et veille à ce que la B.C.A. fournisse, à la BADEA tous renseignements que la DADEA peut raisonnablement demander en ce qui concerne le Projet et son cout d'exécution, les dépenses effectuées au moyen des fonds du Prêt et les biens financés au moyen des fonds du prêt et les biens financés au moyen desdits fonds, ainsi que les opérations et la situation financière de la B.C.A.

Section 3.10 L'Emprunteur prend, ou veille à ce que soit prise, toute mesure nécessaire en vue d'exécuter le Projet et ne prend ni n'autorise que soit prise aucune mesure de nature à empêcher ou à compromettre l'exécution du Projet ou l'exécution de l'une quelconque des dispositions du présent Accord.

Section 3.11 L'Emprunteur fournit, ou veille à ce que l'I.N.D.P. et la B.C.A. fournisse, à la BADEA i) des rapports trimestriels dans un délai de 30 jours à compter de la fin de chaque trimestre de l'année civile, sur l'exécution du Projet dont le contenu et les détails sont jugés satisfaisants par la BADEA; ii) dans les six mois suivant l'achèvement du Projet, un rapport détaillé sur l'exécution et les premières activités d'exploitation du Projet, son cout, les avantages qui en découlent et en découleront et la réalisation des objectifs du prêt.

#### Article IV

##### Dispositions Particulières

Section 4.01 L'Emprunteur veille à ce que l'I.N.D.P. et la B.C.A. prennent toutes les dispositions nécessaires pour une exploitation et un entretien de leur installations, équipements, matériels et autres biens nécessaires ou utiles à l'exploitation du Projet ou à ses opérations conformément aux méthodes techniques, financières et administratives appropriées et de façon à optimiser l'efficacité de l'ensemble des opérations de l'I.N.D.P. et la B.C.A.

Section 4.02 L'Emprunteur veille à ce que l'I.N.D.P. gère ses affaires, maintienne sa situation financière et conduise ses opérations conformément à des méthodes administratives, financières et techniques appropriées sous conduite d'une direction compétente.

Section 4.03 L'Emprunteur veille à ce que l'I.N.D.P. s'assure les services du personnel qualifié et expérimenté nécessaire à une exploitation et une gestion efficaces du Projet.

Section 4.04 L'Emprunteur veille à ce que la B.C.A. prene et maintienne, auprès d'assureurs dignes de confiance, une assurance contre tous risques liés au Projet pour tous montants conformes à l'usage commercial.

Section 4.05 L'Emprunteur informe la BADEA de toute mesure envisagée qui aurait pour effet de compromettre la gestion de l'I.N.D.P. et de la B.C.A. et donne à la BADEA toute possibilité raisonnable, avant que ne soit prise ladite mesure, de procéder à des échanges de vues avec l'Emprunteur à ce sujet.

Section 4.06 Sans préjudice des obligations qui lui incombent au titre du présent Accord, l'Emprunteur prend ou fait prendre toutes mesures (y compris la fourniture de fonds, d'installations, de services et autres ressources) nécessaires ou appropriées pour per-

mettre à l'I.N.D.P. et la B.C.A. de remplir les obligations que l'Emprunteur s'engage par le présent accord à faire exécuter ou remplir par l'I.N.D.P. et la B.C.A. et ne prend ou n'autorise aucune mesure de nature à empêcher ou à compromettre l'exécution desdites obligations.

Section 4.07 L'Emprunteur veille à ce que la B.C.A.; (i) fasse vérifier chaque année par des réviseurs comptables indépendants de compétence reconnue conformément aux principes de révision comptable généralement admis, ses comptes et états financiers (bilans, comptes d'exploitation et de profits et pertes et états y afférents); ii) fournisse à la BADEA, dans les meilleurs délais et, dans tous les cas, six mois au plus tard après la fin de l'année fiscale: A) des copies certifiées conformes de ses comptes et états financiers vérifiés et; B) un rapport desdits réviseurs-comptables dont la portée et les détails sont jugés satisfaisants par la BADEA; et iii) fournisse à la BADEA tous autres renseignements concernant la comptabilité et les états financiers de la B.C.A. et leur vérification que la BADEA peut raisonnablement demander.

#### Article V

##### Suspension et Exigibilité Anticipée

Section 5.01 Aux fins d'applications de la Section (8.02) des Conditions Générales, les faits ci-après sont également spécifiés conformément aux dispositions du paragraphe (1-g) de ladite section:

- a) L'Emprunteur ou toute autre autorité compétente a pris une mesure quelconque en vue de dissoudre ou de liquider l'I.N.D.P. ou la B.C.A. ou mettre un terme à leurs activités ou de suspendre leur opérations à moins que l'Emprunteur n'ait pris toutes les dispositions nécessaires, jugées satisfaisantes et acceptables par la BADEA, pour veiller à l'exécution de toutes les obligations prévues par le présent Accord.
- b) Les statuts ou toute disposition qu'ils contiennent ou la nature ou la gestion de l'I.N.D.P. ou la B.C.A. ont fait l'objet d'une modification importante de nature à compromettre, de l'avis de la BADEA, les droits de la BADEA résultant du présent Accord ou la capacité de l'I.N.D.P. ou B.C.A. d'exécuter le Projet ou d'exploiter ses installations.
- c) (i) Sous réserve des dispositions de l'alinéa (ii) du présent paragraphe:
  - A) Le droit de l'Emprunteur, de l'I.N.D.P. ou de la B.C.A. de retirer les fonds provenant de tout autre prêt ou don accordé l'Emprunteur, à l'I.N.D.P. ou à la B.C.A. pour le financement du Projet a été suspendu ou annulé en tout ou en partie, ou il y a été mis fin en tout ou en partie, conformément aux dispositions de l'accord octroyant ce prêt ou don; ou
  - B) ce prêt est dû et exigible avant l'échéance stipulée dans ledit accord;
- (ii) L'alinéa (i) du présent paragraphe n'est pas applicable si l'Emprunteur établit, à la satisfaction de la BADEA, A) que ladite sus-

pension, annulation, terminaison ou exigibilité anticipée n'est pas due à un manquement aux obligations incombant à l'Emprunteur, à l'I.N.D.P. ou à la B.C.A. en vertu dudit Accord, et B) que l'Emprunteur, l'I.N.D.P. ou la B.C.A. peut obtenir auprès d'autres sources des fonds suffisants pour la réalisation du Projet à des conditions permettant à l'Emprunteur, à l'I.N.D.P. ou à la B.C.A. d'honorer les obligations qui leur incombent en vertu du présent Accord.

Section 5.02 Aux fins d'application de la Section (9.01) des Conditions Générales, les faits ci-après sont également spécifiés conformément aux dispositions du paragraphe (g) de ladite Section:

- a) L'une quelconque des faits spécifiés aux paragraphes (a), et (b), de la Section (5.01) du présent Accord survient et persiste pendant soixante jours après notification donnée par la BADEA à l'Emprunteur;
- b) Le fait spécifié au paragraphe (c-i-B) de la Section (5.01) du présent Accord est survenu, sous réserve des dispositions du paragraphe (c-ii) de ladite Section;

#### Article VI

##### Date d'entrée en Vigueur-terminaison

Section 6.01 Au sens de la Section (12.01) (b) des Conditions Générales, l'entrée en vigueur de l'Accord de Prêt est également subordonnée aux conditions suivantes:

- a) La C.P. a été Créée conformément aux dispositions de la Section 3.02 (a) du présent Accord.
- b) Le Directeur du Projet a été nommée conformément aux dispositions de la Section 3.03 du présent Accord.
- c) Toutes les conditions préalables à l'entrée en vigueur de l'Accord visé dans l'Attendu (B), du présent Accord ou préalables aux décaissements initiaux, le cas échéant, et stipulées dans ledit accord, à l'exception de la condition relative à l'entrée en vigueur du présent Accord, ont été remplies;

Section 6.02 La date du 30 septembre 1994 est spécifiée aux fins d'application de la

Section (12.04) des Conditions Générales.

#### Article VII

##### Représentation de L'emprunteur - Adresses

Section 7.01 Le Ministre des Finances est le représentant de l'Emprunteur aux fins d'application de la Section (11.03) des Conditions Générales:

Section 7.02 Les adresses ci-dessous sont spécifiées aux fins d'application de la Section (11.01) des Conditions Générales:

#### Pour l'Emprunteur

Ministère des Finances

B.P. n° 30

Praia

République du Cap Vert

Adresse télégraphique:

Ministère des Finances

Praia - République du Cap Vert

Autre adresse pour les messages télex:

N° 6056 MFG CV

Praia - Cap vert

Téléfax: (238) 613897 ou 615692

#### Pour la BADEA

La Banque Arabe pour le Développement

Economique en Afrique

B.P.n° 2640

Khartoum

République du Soudan

Adresse télégraphique:

BADEA - Khartoum - Soudan

Autre adresse pour les messages télex

N° 22248 BADEA SD ou 22739 BADEA SD ou (583) 1665105 BADE X

Téléfax: 70600 ou (873) 1665106 BADE X

Khartoum - Soudan

En FOI DE QUOI, les Parties au présent Accord, agissant par l'intermédiaire de leur Représentant dûment autorisé à cet effet, ont fait signer le présent Accord an leur nom respectif à Khartoum, le jour, mois et en double exemplaires arabe et français le texte français étant conforme au texte arabe qui seul fait foi.

République du Cap Vert

Par Représentant autorisé

*Alexandre Vieira FONTES*, Directeur Général des Finances

Publiques, Ministère des Finances

Banque Arabe pour le Développement

Economique en Afrique

Par *Ahmed Abdallah AL - AKEIL*, Président du Conseil d'Administration

## ANNEXE "I"

## Tableau D'amortissement

Date de l'échéance	Reemboursement du Principal (exprimé en dollars \$)
1. 1er juillet 1998	193.000
2. 1er janvier 1999	197.000
3. 1er juillet 1999	201.000
4. 1er janvier 2000	205.000
5. 1er juillet 2000	209.000
6. 1er janvier 2001	213.000
7. 1er juillet 2001	217.000
8. 1er janvier 2002	222.000
9. 1er juillet 2002	226.000
10. 1er janvier 2003	231.000
11. 1er juillet 2003	235.000
12. 1er janvier 2004	240.000
13. 1er juillet 2004	245.000
14. 1er janvier 2005	250.000
15. 1er juillet 2005	255.000
16. 1er janvier 2006	260.000
17. 1er juillet 2006	265.000
18. 1er janvier 2007	270.000
19. 1er juillet 2007	276.000
20. 1er janvier 2008	281.000
21. 1er juillet 2008	287.000
22. 1er janvier 2009	293.000
23. 1er juillet 2009	298.000
24. 1er janvier 2010	304.000
25. 1er juillet 2010	310.000
26. 1er janvier 2011	317.000
27. 1er juillet 2011	323.000
28. 1er janvier 2012	327.000

## ANNEXE "II"

## Description du Projet

## Ojectifs du Projet:

## Le Projet a pour objectifs:

- l'exploitation des ressources halieutiques à travers l'augmentation de la capacité productive de capture des navires bien équipés;
- l'almélioration de la balance des paiements grâce à l'introduction de nouveaux produits d'exportation tels que la langouste et les produits des captures en eaux profondes;
- la création d'emploi.

## Description et Composantes du projet:

Le projet de développement de la pêche industrielle comporte, dans le cadre de plusieurs lots, l'acquisition et l'équipement de navires de pêche polyvalents, la formation, la localisation, l'évaluation et le suivi des ressources halieutiques, la rénovation des entrepôts frigorifiques et des vivirs à langoustes et l'assistance technique sous forme d'appui institutionnel.

Les Composantes se présentent comme suit:

## A. Acquisition et équipement des navires de pêche Polyvalents:

Ce lot comporte l'acquisition et l'équipement de dix (10) unités de pêche polyvalentes dont chacune mesure environ vingt cinq (25) mètres de longueur avec un moteur d'une puissance variant entre 400 et 500 CV d'une capacité frigorifique d'environ 120 m3 et une capacité de capture pouvant atteindre dix sept (17) tonnes.

Chaque unité sera pourvue de filets de pêche et équipée de tout le matériel nécessaire pour la capture de la langouste et des poissons situés dans les eaux profondes de la zone économique exclusive des îles du Cap Vert.

le lot comporte, en outre, les prestations d'un expert spécialisé dans la construction des navires de pêche, d'un expert financier et des cadres locaux impliqués dans le projet.

## B. La formation:

Il s'agit des stanges de formation, au Centre de Formation Nautique de Mindelo (CFN), de deux Cent Vingt (220) marins pêcheurs, de quarante cinq (45) patrons de pêche au large et de soixante cinq (65) mécaniciens.

L'exécution de cette composante est tributaire des prestations des experts formateurs spécialisés dans la technologie des captures, de l'acquisition du matériel nécessaire et de l'octroi des bourses pour les stagiaires.

## C. Localisation et évaluation des ressources halieutiques:

L'exécution de cette composante nécessitera l'acquisition d'un navire de recherches équipé de matériels nécessaires, la fourniture d'une assistance technique à l'I.N.D.P., la formation de cadres nationaux à l'étranger et ce; dans le but de renforcer l'I.N.D.P. ainsi que la cellule des statistiques de cadres compétents capables de mener des études scientifiques, élaboration d'un programme intégré sur les ressources halieutiques; programme servant de guide pour effectuer l'évaluation des dites ressources, l'établissement des statistiques et l'élaboration des études de marketing et de commercialisation dans le présent et l'avenir ainsi que les études sur l'impact du projet aussi bien sur la productivité des captures que sur l'environnement social.

## D. Renovation des entrepôts frigorifiques et des viviers à langoustes dans l'île de sal:

- Modification des spécifications techniques des entrepôts existant (150 tonnes / jour) afin de faire passer la température de zero degré à moins 20 degrés.

- Entretien des entrepôts frigorifiques et rénovation des installations de viviers à langoustes par un dispositif de filtration et d'oxygénation de l'eau et ce; afin de permettre d'une part, une diminution des pertes de langoustes; estimées à environ 20 % du total capturé et d'autre part; une augmentation de la capacité des viviers en la faisant passer de 10 à 22 tonnes.
  - Augmentation de la production de glace de dix à vingt tonnes par jour.
  - Recrutement d'un expert spécialiste dans les techniques du froid.
- E. Appui institutionnel:

- Appui à l'I.N.D.P. à travers la construction de bâtiments, l'achat d'équipements nécessaires du mobilier et du matériel de bureau, l'achat de véhicules ainsi que la création d'une cellule disposant de moyens de transports et de communication chargés de la commercialisation et de la promotion des exportations. La cellule gérée par un expert en marketing pour une période de trente mois, aidera le pays à acquérir une meilleure connaissance des marchés et ce, à travers des études de marché permettant d'aboutir à des propositions pour lever les goulots d'étranglement pour l'exportation des produits de pêche.
- Création d'un centre d'information orienté dans le domaine de la pêche et ayant comme mission d'aider et de communiquer aux départements concernés par la pêche toutes les informations nécessaires y compris pour l'exportation;

L'achèvement du Projet est prévu pour décembre 1998

ANNEXE "A"

**BIENS ET SERVICES DEVANT FINANCES ET AFFECTATION DU PRÊT DE LA BADEA**

(A) Le tableau ci-dessous indique les catégories de biens et services financés au moyen du prêt, le montant du prêt effecté à chaque catégorie et le pourcentage de dépenses financé.

Catégorie	Montant effecté (exprimé en dollars \$)	% de dépenses Financés
1. Acquisition et équipement de cinq (5) unités de pêche polyvalentes	6.360.000	100%  (du cout)  en devises)
2. Non effecté	<u>790.000</u>	
Total	<u>7.150.000</u>	

(B) La BADEA peut, par voie de notification à l'Emprunteur, réaffecter tout montant relevant de la catégorie n° 2 (non effecté) à la catégorie n° 1 dans la mesure où ledit montant est nécessaire au règlement de dépenses effectuées au titre de ladite catégorie n° 1.

ANNEXE "B"

**Acquisition des Biens et Services**

1) A moins que la BADEA n'en convienne autrement, tous les biens et services devant être financés au moyen du Prêt seront acquis par voie d'adjudication internationale. A égalité de qualité dans biens et services et de capacité d'exécution, préférence sera donnée aux entreprises arabes, africaines ou arabo-africaines, à condition que l'écart des couts ne dépasse pas 10%.

2) L'Emprunteur soumet à l'approbation préalable de la BADEA tous les contrats et orders proposés pour l'acquisition des biens et services devant être financés au moyen du Prêt.

3) L'Emprunteur enverra à la BADEA des copies des documents de l'adjudication internationale et il apportera auxdits documents les modifications que la BADEA pourra raisonnablement demander. Dans tous les cas, les soumissionnaires seront préqualifiés et l'Emprunteur transmettra à la BADEA une liste des soumissionnaires préqualifiés pour l'examen et l'approbation de la BADEA. A la suite de la réception et de l'évaluation des offres, l'Emprunteur présentera à la BADEA un rapport détaillé sur l'évaluation et la comparaison des offres reçues, accompagné de recommandations concernant l'attribution des marchés pour l'approbation desdites recommandations.

**La Banque Arabe pour le Développement Economique en Afrique**

**Khartoum, le juillet 1994**

S. E. Monsieur le Représentant autorisé,

En référence à l'Accord de prêt, signé ce jour, entre LA REPUBLIQUE DU CAP VERT et LA BANQUE ARABE POUR LE DEVELOPPEMENT ECONOMIQUE EN AFRIQUE pour le financement du Projet de développement de la pêche Industrielle, j'ai l'honneur de porter à votre connaissance que les règlements de la Banque interdisent, sur les fonds de celle-ci, toute transaction avec les entreprises ou les sociétés frappées par le boycott en vertu des résolutions des organes compétents de la Ligue des Etats Arabes, de l'Organisation de l'Unité Africaine et de l'Organisation des Nations Unies.

Je vous serais donc reconnaissant de bien vouloir prendre l'engagement que les fonds issus du Prêt mentionné ci-dessus ne seront, en aucune manière utilisés pour financer directement ou indirectement des biens et/ou prestations produits ou fournis par tous pays, entreprises, société ou agence soumis au boycott, conformément aux règlements en vigueur à la Banque Arabe pour le Développement Economique en Afrique.

A cet effet, je vous saurais gré de bien vouloir accuser réception de la présente lettre et de marquer

de votre réponse, constitue un accord entre votre Gouvernement et la Banque Arabe pour le Développement Economique en Afrique.

Cette lettre et votre réponse seront considérées comme parties intégrantes de l'Accord de Prêt susmentionné.

Veillez agréer, Monsieur le Représentant autorisé, l'assurance de ma plus haute considération.

Ahmed Abdallah AL-AKEIL

Président du Conseil d'Administration

S.E. Monsieur

Alexandre Vieira FONTES

Directeur Général des Finances

Publiques, Ministère des Finances

Praia

République du Cap Vert

## MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Gabinete do Ministro

### Despacho

Nos termos do ponto 1 do artigo 29º, do Decreto-Lei nº 31/89, de 3 de Junho, delegeo no Director-Geral de Administração competência para as questões seguintes:

- 1.1. Assinar contratos administrativos de provimento nos termos do artigo 5º, do Decreto-Lei nº 86/92, de 16 de Julho.
- 1.2. Assinar contratos administrativo de provimento e a termo, nos termos dos nºs 1 e 2 do artigo 43º e do artigo 21º alínea *d*), todos da lei nº 102/IIV/93, de 31 de Dezembro.

Ministério das Finanças, 18 de Novembro de 1994.  
— O Ministro das Finanças, *Úlpio Napoleão Fernandes*.